



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019**  
(Do Sr. Rodrigo Agostinho)

Requer informações sobre a situação atual e as mudanças realizadas no programa de conversão de multas ambientais.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à situação atual e as recentes mudanças no programa de conversão de multas ambientais efetivadas por meio do Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, respondendo as seguintes questões:

1. Em 27 de dezembro de 2018, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) divulgou o resultado preliminar do primeiro chamamento público de projetos na modalidade da conversão indireta de multas. São 34 projetos selecionados, sendo 14 relativos à bacia do São Francisco e 20 referentes à bacia do Parnaíba. Pergunta-se:

- a. Qual é a situação atual desse chamamento público? Quando o resultado definitivo será divulgado?
- b. Houve orientação escrita ou verbal do Ministério do Meio Ambiente para que o Ibama adiasse o resultado final do referido chamamento público, uma vez que novas regras sobre o tema seriam publicadas?
- c. Considerando que as regras para execução dos projetos aprovados foram estabelecidas no chamamento 01, e que o referido instrumento de seleção vincula a administração pública, de que forma os 34 projetos selecionados nesse chamamento público serão aproveitados na nova fase do programa de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

conversão de multas ambientais, a partir da publicação do Decreto nº 9.760/2019?

2. O segundo chamamento público da conversão indireta publicado pelo Ibama diz respeito à restauração da Mata Atlântica no estado de Santa Catarina. Esse chamamento decorre de um acordo judicial. As propostas serão recebidas até o dia 17 de maio de 2019. Pergunta-se:

a. Como se dará o cumprimento do acordo judicial pactuado considerando o quadro normativo anterior, em um processo de seleção pública que se encontra em curso?

b. A Justiça Federal em Santa Catarina já foi comunicada das alterações feitas no programa de conversão de multas ambientais, uma vez que o acordo foi pactuado considerando o quadro normativo anterior?

3. O Conselho Gestor do Ibama aprovou no final de 2018 o Programa Nacional de Conversão de Multas do 3 Ibama para o biênio 2019-2020. Nesse programa constam diretrizes tanto para a conversão indireta quanto para a direta. Pergunta-se:

a. O MMA e o Ibama decidiram abandonar essa programação de ações para a conversão?

b. Se a resposta for afirmativa, quais são as linhas temáticas do programa de conversão de multas para o biênio 2019-2020? Quais são também as prioridades territoriais?

4. O Decreto nº 9.760/2019 suprime regras da conversão indireta e remete a definição da operacionalização dessa modalidade a regulamento futuro (§ 2º do art. 142-A do Decreto nº 6.514/2008, na redação dada pelo Decreto nº 9.760/2019). Foi decidido que empresas também poderão participar como proponentes dos projetos, e que não se trabalhará com a Câmara Consultiva Nacional na escolha de prioridades temáticas e territoriais para a conversão de multas. Em face do conteúdo do novo decreto, pergunta-se:

a. As empresas poderão ser beneficiárias dos recursos da conversão de multas para projetos inclusos nas suas finalidades sociais?

b. Se a resposta for afirmativa, qual é a fundamentação legal para que elas recebam recursos a fundo perdido (com natureza privada, mas têm sua destinação controlada pelo Poder Público) e obter lucro com eles?



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

- c. A seleção de projetos de empresas na conversão indireta será feita mediante qual instrumento jurídico e com base em qual legislação?
  - d. Retirou-se no decreto a referência a contas garantia em banco público, que receberiam os depósitos dos autuados nos projetos indicados pelo órgão ambiental. No planejamento da nova fase do programa de conversão de multas, qual foi a opção escolhida para controle dos recursos referentes a cada projeto beneficiado na modalidade da conversão indireta?
  - e. O MMA e o Ibama desistiram da parceria com a Caixa Econômica Federal para controle dos recursos da conversão indireta por meio de contas garantia? Se a resposta for afirmativa, por que razão?
  - f. No planejamento da nova fase do programa de conversão de multas, o que ficou definido sobre a metodologia de seleção de temas e territórios prioritários para os projetos a serem beneficiados, abrangendo as modalidades direta e indireta?
  - g. Haverá participação de atores externos ao MMA, Ibama e ICMBio no processo de seleção de temas e territórios prioritários para os projetos a serem beneficiados, abrangendo as modalidades direta e indireta? Estarão inclusos nesse processo representantes de entidades de pesquisa, da sociedade civil ou do setor empresarial?
  - h. Como se compatibiliza o disposto no § 3º do art. 142-A do Decreto nº 6.514/2008, com a redação dada pelo Decreto nº 9.760/2008, que prioriza projetos no próprio estado em que ocorreu a infração, com os projetos estruturantes, de maior escala, previstos na conversão indireta?
  - i. Qual é a fundamentação do disposto no § 3º do art. 142-A do Decreto nº 6.514/2008, com a redação dada pelo Decreto nº 9.760/2008, uma vez que a reparação dos danos (esfera civil) e a conversão de multas (esfera administrativa) não se confundem?
5. Quantos pedidos formais de conversão de multas o Ibama já recebeu? E o ICMBio? Qual é a perspectiva temporal para julgamento desses pedidos? Qual é o percentual de pedidos relativo à modalidade indireta, ou pelo menos uma estimativa desse número?

## **JUSTIFICAÇÃO**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado Federal Rodrigo Agostinho

O recente Decreto nº 9.760/2019 trouxe alterações significativas no programa de conversão de multas ambientais. Manteve as duas modalidades de conversão (direta e indireta), mas optou por remeter as novas regras da indireta para futura regulamentação.

Ocorre que, desde 2018, há iniciativas relevantes em curso no Ibama aplicando a conversão indireta de multas: o primeiro chamamento público, relativo a projetos nas bacias do São Francisco e Parnaíba, e o segundo chamamento, referente à restauração florestal em Santa Catarina.

Há necessidade de informações sobre como serão tratadas essas iniciativas na nova fase do programa, iniciada com a publicação do novo decreto. Também é importante que o Parlamento obtenha respostas sobre a fundamentação das alterações realizadas, no mérito e no plano jurídico.

Estas são as finalidades deste requerimento de informações, que esperamos ver respondido no prazo mais breve possível, em face da extrema relevância do tema para a política ambiental no país.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2019.

Deputado Rodrigo Agostinho  
PSB/SP